

UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL (UDN)

Por Maria Vitória Benevides

Governo Castelo Branco

Em nota oficial logo após a queda de Goulart, a UDN se congratulou com as forças armadas pela “vitória contra a ameaça da ditadura comunista”, propondo-se a continuar na “luta contra a inflação e o câncer da corrupção e do empreguismo”. Nesse sentido a UDN apoiaria todas as “medidas revolucionárias” formalizadas pelo primeiro Ato Institucional. E, pela primeira vez em sua história, a direção da UDN exigiu questão fechada na votação em favor do projeto do governo para alterar a Lei de Remessa de Lucros, antiga questão do partido, fiel à defesa do livre investimento estrangeiro. O udenista Aliomar Baleeiro defendia a “política da porta escancarada” para a remessa de lucros. E a Lei das Inelegibilidades, aprovada pelo Congresso em junho de 1965, como um “instrumento contra subversivos e corruptos”, atendia tanto aos interesses mais radicais dos militares, quanto aos eleitorais da UDN. Apesar dos protestos de Milton Campos, a maioria da UDN aprovou o “estatuto dos cassados” e a ampliação da Justiça Militar para julgamento de civis.

A UDN esteve presente em vários postos do governo Humberto Castelo Branco (que se dizia “udenista roxo”, admirador de Lacerda e de Adauto Lúcio Cardoso), como a presidência do Senado, com Daniel Krieger, e a presidência da Câmara (pela primeira vez na história do partido), com Bilac Pinto. Milton Campos foi o primeiro ministro da Justiça (pediria demissão para não assinar o AI-2), Raimundo de Brito recebeu a pasta da Saúde e Sandra Cavalcanti presidiu o Banco Nacional da Habitação. No Congresso a atuação da UDN manifestou-se compacta no “Bloco de Ação Parlamentar” ou “Bloco Parlamentar da Revolução”.

Não perduraria, no entanto, a unanimidade udenista; em breve Carlos Lacerda faria oposição a Castelo Branco quanto à antecipação da Constituinte e, sobretudo, quanto à prorrogação dos mandatos, emenda de autoria dos senadores udenistas Afonso Arinos e João Agripino e vista por Lacerda como “*um instrumento contra sua vitória certa nas eleições de 1965*”. Lacerda chegou a pedir o expurgo do Supremo Tribunal Federal e a continuação do AI-1 “*contra o legalismo de Castelo Branco*”. Apesar de tudo, predominou a unidade partidária e Lacerda foi eleito candidato à sucessão presidencial, na convenção nacional do partido em São Paulo, em novembro de 1964.

Nesta importante convenção a UDN reafirmou os motivos para a oposição ao governo Goulart, que teria “*facilitado a infiltração comunista em todos os escalões do governo, e na Petrobras, permitindo a criação de órgãos sindicais ilegais, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e o Pacto de Unidade de Ação (PUA), promovido a convulsão social no campo e concorrido para solapar a disciplina no seio das forças armadas*”.

A Extinção dos Partidos

O AI-2, de autoria do fundador da UDN Nehemias Gueiros, apesar da evidência suicida para o partido, correspondia às propostas dos “realistas” da UDN como Juraci e Magalhães Pinto, para quem a extinção era inerente ao processo revolucionário. Com a criação do bipartidarismo, PSD e UDN reuniram-se na Arena. A UDN dos liberais históricos, da linha “brigadeirista” (Milton Campos, Aliomar Baleeiro, Adauto Lúcio Cardoso, Pedro Aleixo, Afonso Arinos, entre outros), afastou-se gradualmente do governo militar. Permaneceram os realistas, os “chapas-brancas” (governistas tradicionais) e parte

da “Bossa Nova”. Em 14 anos de bipartidarismo a presidência da Arena foi ocupada por seis udenistas, contra dois não-udenistas. Pedro Aleixo, Milton Campos, Adauto Lúcio Cardoso, Aliomar Baleeiro, Prado Kelly e Osvaldo Trigueiro foram nomeados ministros do Supremo Tribunal Federal (os três primeiros renunciaram em protesto pelo AI-2). Em 1966, 1970 e 1974, metade dos governadores nomeados era de origem udenista; em 1978, dos 22 governadores “indiretos” 13 eram antigos udenistas ou vinculados à herança do partido, assim como a metade dos vice-governadores e dos senadores nomeados (os “biônicos”). Em 1979, ano da distensão do regime, os principais articuladores da área política eram egressos da “Bossa Nova”: Petrônio Portela e José Sarney, pela situação, e Magalhães Pinto e José Aparecido, pela oposição.

* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>